

CAPÍTULO 1

Os desafios para o desenvolvimento inicial das crianças não se resumem a apenas um setor. Passam pela saúde, pela educação e pela proteção social. Portanto, todas as partes interessadas precisam se envolver, incluindo pais, famílias e comunidades. Assim, as comunidades locais constituem o veículo para assegurar o acesso equitativo de todas as crianças aos programas, especialmente das mais vulneráveis.

Este artigo pretende abordar três pontos: a importância do desenvolvimento inicial da criança, o que pode ser feito para melhorar esse desenvolvimento e os desafios e oportunidades para engajar o setor privado no apoio a essa tarefa.

Estudos recentes da neurociência vêm apontando a importância da experiência do período fetal e dos primeiros anos de vida, que determina as trilhas para os subsequentes aprendizados e desenvolvimento. Ela afeta a arquitetura, a fiação do cérebro, a neuroquímica, a serotonina, a cortisona, a secreção hormonal e a expressão dos genes que controlam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

O estágio inicial de desenvolvimento das pessoas define a trajetória dos aspectos de saúde, aprendizado e comportamento de toda a nossa vida. Dessa maneira, cumpre um papel muito importante na definição da produtividade econômica da sociedade.

A implicação dessa ciência – que se desenvolve muito rapidamente – para a formação do capital humano é impressionante, pois o mercado de trabalho do século 21 favorecerá pessoas com qualidade intelectual, flexibilidade, habilidade para resolver problemas, maturidade emocional e capacidade para trabalhar em equipe, num ambiente altamente competitivo, que muda constantemente. Mais do que nunca, precisamos maximizar o potencial humano.

Em 2007, um artigo na Lancet¹ mostrou o tamanho do desafio: 219 milhões de crianças chegam à idade escolar com baixo desenvolvimento mental. Por maior que seja esse número, ele ainda está subestimado. As duas variáveis consideradas, má nutrição e pobreza (renda de menos de 1 dólar por dia), não refletem a realidade por completo. Há um gradiente de crianças da sociedade que são afetadas pelo baixo desenvolvimento infantil – e não são apenas as crianças que vivem em situação de pobreza.

O Brasil tem um desafio especial, pois, apesar de apresentar alta renda, possui um nível de educação bastante inferior ao de outros países da região. Para participar de uma economia baseada no conhecimento, a população de um país precisa estar nos níveis 4 e 5, em termos de educação – os índices mais altos, segundo as classificações mais aceitas.

Evidências mostram que o sistema educacional não consegue fazer isso sozinho. Ele precisa de apoio, com a participação de programas de desenvolvimento inicial da criança, para trazer a competência a um patamar melhor.

Se as nossas crianças precisam adquirir certas habilidades para trabalhar e para lidar com os desafios do século 21, temos de reconhecer a importância de investir pesadamente nos programas de desenvolvimento inicial da criança.

O que fazer?

As intervenções devem seguir gradações. Nos primeiros anos, há o importante papel dos pais. À medida que as crianças progredem, desenvolvem-se e movem-se para as comunidades, os programas comunitários para o desenvolvimento infantil tornam-se mais importantes. Na verdade, o ideal seria uma combinação da intervenção dos pais e dos programas de desenvolvimento infantil, focados no aprendizado lúdico, pelo brincar, e atentos à nutrição e aos serviços essenciais de saúde.

Os desafios para o desenvolvimento inicial das crianças não se resumem a apenas um setor. Passam pela saúde, pela educação e pela proteção social. Portanto, todas as partes interessadas precisam se envolver, incluindo pais, famílias e comunidades. Assim, as comunidades locais constituem o veículo para assegurar o acesso equitativo de todas as crianças aos programas, especialmente das mais vulneráveis.

Modelos de programas

Não há um modelo único de programa que sirva para todo tipo de comunidade – ele deve ser adaptado às diferentes localidades, culturas e contextos.

É necessária uma gama de programas que atendam às várias necessidades de desenvolvimento da criança e que as vejam como um todo, integralmente. Portanto, deve haver sinergia entre os aspectos de saúde, nutrição e estimulação da criança.

Os programas tradicionais de desenvolvimento infantil tendem a ser realizados em centros de educação infantil, voltados para crianças mais velhas e controlados pelo setor privado. No setor público, ainda que existam tais programas, o acesso a eles é muito limitado.

Uma pesquisa realizada no Brasil mostrou que as crianças mais velhas, mais ricas e de áreas urbanas têm acesso a programas pré-escolares, padrão também verificado em países como

¹ Uma das mais importantes publicações científicas na área médica. É publicada no Reino Unido, pelo Lancet Publishing Group.

² Do termo em inglês paraprofessional. Profissionais sem formação universitária, mas que possuem um certificado que os permite trabalhar como técnicos, nas áreas de saúde, direito e educação.

a Indonésia e a República Dominicana. A baixa acessibilidade configura um problema, pois um número muito limitado de crianças pode se beneficiar.

Há alternativas, como os programas não-formais, realizados em espaços diversos das comunidades. O uso de técnicos², sem remuneração, não é desejável, mas pode ser uma opção para países em desenvolvimento. Utilizando os serviços existentes na comunidade, em locais como igrejas, prédios públicos e postos de saúde, temos a oportunidade de introduzir intervenções mais cedo, por meio de infra-estruturas disponíveis. O governo local pode cobrir parte dos custos, mas a comunidade e suas famílias devem arcar com um valor equivalente ou uma co-participação.

As comunidades podem participar de diversas maneiras: selecionando os que as representarão – a mãe que prestará os serviços, por exemplo –, atuando no planejamento, providenciando e cedendo o local onde o programa ocorrerá.

No Peru, um programa começou com mães que decidiram oferecer suplementação alimentar e estímulos iniciais para suas crianças, durante uma forte seca. Não havia serviços disponíveis, e elas reconheceram essa necessidade. Uniram-se e providenciaram a intervenção. Com o tempo, o governo começou a dar apoio. Hoje, existem mais de 70 mil programas similares em todo o Peru. Iniciados pelas comunidades, pelas famílias.

Os governos reconhecem, cada vez mais, que se trata de uma técnica muito importante. Em Cuba, há um programa, iniciado em 1983, que teve excelentes resultados em melhoria da alfabetização e bem-estar da criança. Naquela época, 80% das crianças do país não tinham acesso a programas de desenvolvimento infantil.

Chamado “Educa tu Hijo”, ele começa durante a gravidez. As comunidades identificam mães grávidas, lhes dão alimento adicional e treinamento. Depois que a criança nasce, os pais recebem um conjunto de materiais sobre como lidar com seus filhos e visitas domiciliares, duas vezes por semana, até os 2 anos de idade da criança. A partir daí, há sessões em grupo para os pais de crianças de 2 a 6 anos de idade.

Tal programa mostra que existe uma cooperação entre o setor não-formal e o setor formal. Da gravidez até os 6 anos de idade da criança, o atendimento é feito pela comunidade, setor não-formal, depois passa para o setor formal, à medida que as crianças progredem para a escola primária. As comunidades trabalham como complemento ao setor formal, representado pelo sistema de saúde e pelo sistema educacional.

A lição que aprendemos com a experiência de Cuba é a necessidade de vontade política. Mas não apenas isso. Eles desenvolveram um currículo apropriado à idade, que apóia o desenvolvimento de crianças pequenas.

Outro bom exemplo vem da Bolívia, que mantém um programa não-formal domiciliar, iniciado com famílias de baixa renda. A provedora dos serviços é uma mãe eleita pela comunidade e que atende até 15 crianças, com o apoio de um ou dois assistentes.

Esse programa oferece refeições com cerca de 70% das necessidades calóricas diárias das crianças. Além dos cuidados básicos às crianças, realiza atividades que as estimulam, por meio do brincar.

Um estudo mostrou que as crianças que participaram do programa ingressaram na escola na época correta e apresentaram melhor desenvolvimento cognitivo, social e psicomotor. As que permaneceram por mais de um ano obtiveram resultados significativamente superiores aos das que ficaram menos tempo. Ou seja, a intensidade e a duração do programa fazem diferença.

O programa boliviano baseia-se no modelo colombiano. Este começou cerca de 20 anos atrás, numa vila de pescadores que decidiu fazer das crianças uma prioridade. Eles se uniram e começaram a trabalhar com a nutrição, com a saúde e com estímulos para as crianças.

O programa chamava-se “Promesa”. Com grande impacto positivo, ele chamou a atenção do governo, que o assumiu e começou a espalhá-lo por todo o país. Hoje, cerca de 1 milhão de crianças com menos de 7 anos beneficiam-se com os “hogares comunitarios”.

Trata-se de um programa domiciliar, destinado a famílias de baixa renda, em que uma mãe da comunidade presta serviços para as crianças da vizinhança.

Os pais formam uma associação e escolhem as mães que participam do programa, de acordo com a renda da família. Os beneficiados pagam uma taxa de 4 dólares por mês e recebem alimentos da comunidade para preparar as refeições das crianças.

Para sustentar o programa, o governo introduziu um imposto de 3% sobre a folha de pagamento. O setor privado e o servidor público contribuem com 3% de dedução salarial.

A experiência da Colômbia mostra que a qualidade faz a diferença. O governo estabelece padrões para a localização, a infra-estrutura e o treinamento do programa. Criou, também, um sistema de supervisão para dar apoio aos pais.

Com motivação e treinamentos de média duração, as mães da comunidade configuram uma importante força para assegurar essa qualidade. Elas se tornaram um agente social da mudança, na Colômbia.

Uma questão controversa é o fato de que elas estão se associando com a intenção de se tornarem servidores públicos. Como lidar com esse grupo de força formado por quase 80 mil mães comunitárias? Torná-las profissionais ou mantê-las como um grupo técnico?

Outra ação importante ocorre na Indonésia. O país pretende implementar em todo o seu território programas dirigidos às comunidades, que devem decidir se terão um programa de saúde ou de desenvolvimento e onde ele será executado. É um programa realmente acionado pela comunidade, com o apoio do governo e dos bancos, que emprestam recursos.

Para que a iniciativa funcione, é preciso municiar a comunidade com informações claras sobre o desenvolvimento inicial da criança. Os personagens principais são as mães, que entregam os serviços. Elas recebem treinamento e a ajuda de um facilitador da comunidade, que apresenta os diferentes tipos de programas e as auxilia a identificar as necessidades e os recursos para tais programas.

Com todas as iniciativas aqui descritas, aprendemos que os programas, para serem eficazes, têm de ter intensidade e duração suficientes. É preciso realizar um contato direto com as crianças, com envolvimento dos pais e das comunidades, que devem educar os pais. Finalmente, faz-se necessário integrar as questões sociais, a saúde e a nutrição num pacote de serviços para as jovens crianças.

O senso de propriedade, por parte da comunidade, constitui outro ingrediente-chave de um programa de desenvolvimento inicial. A comunidade tem de se sentir dona do programa e considerá-lo culturalmente importante e adequado. Para tanto, o treinamento para que as pessoas consigam entregar serviços de qualidade é fundamental. Assim como avaliar e monitorar os resultados das crianças.

Precisamos de um instrumento para medir o desenvolvimento inicial, com base em cinco dimensões: 1) bem-estar físico; 2) competência social; 3) saúde/maturidade emocional; 4) desenvolvimento cognitivo e linguagem; e 5) capacidade de comunicação e conhecimentos gerais. Trata-se de uma medida que reflita o grau de desenvolvimento e o funcionamento do cérebro de uma criança de 5 anos de idade.

Tal instrumento existe e foi desenvolvido no Canadá, com o nome de EDI (Early Development Instrument ou Instrumento de Desenvolvimento Inicial). Sua aplicação permite prever a capacidade de aprendizado de uma criança de 5 anos de idade ou antes que ela entre na escola. Dessa forma, pode ser utilizado para identificar as habilidades que a criança necessita desenvolver para que tenha maior probabilidade de sucesso escolar.

Os desafios a serem enfrentados são, portanto: profissionalizar a força de trabalho, garantir qualidade e assegurar recursos. Assim, são três as oportunidades para o futuro. Primeiro, implementar uma estratégia geral. Segundo, monitorar os resultados dos investimentos. E terceiro, engajar na luta o setor privado, que pode cumprir um papel extremamente importante para tornar o desenvolvimento inicial infantil muito mais acessível.

Mas como conseguimos o apoio do setor privado? Nos Estados Unidos, a comunidade de negócios e os governos dos estados têm sido mobilizados porque eles

sabem que as crianças constituem a força de trabalho do futuro e sentem que precisarão de pessoas mais capacitadas. Para serem mais competitivos, devem desenvolver um capital humano melhor e, portanto, começar mais cedo. Não querem que suas crianças fiquem para trás, na concorrência do mercado global, em relação à Índia ou à China, pois há uma busca de capital humano altamente qualificado.

O setor privado pode começar avaliando suas próprias políticas, buscando formas de prover serviços para seu setor. Mas o seu maior potencial reside na atuação como financiador e provedor de apoio, associando-se com o governo para cuidar do desenvolvimento de crianças. Nesse aspecto, a Colômbia, com o imposto sobre a folha de pagamento, constitui um exemplo bem-sucedido.

Outro bom exemplo de participação do setor privado ocorre na República Dominicana. Criou-se um fundo competitivo que iguala o valor investido pelo governo com o valor investido pelo setor privado. ONGs, sociedade civil, governo e igrejas realizam programas de desenvolvimento inicial da criança voltados para os mais pobres. O trabalho iniciou-se apenas dois anos atrás e segue muito bem.

O investimento em crianças também traz retorno econômico à sociedade. Os economistas afirmam que investimentos na infância, especialmente na pré-escola, apresentam taxa de retorno muito maior do que se deixarmos para investir mais tarde, pois evitam

gastos futuros com saúde, educação e segurança pública.

Entretanto, paradoxalmente, fazemos o inverso do que deveríamos fazer. Sabe-se que 85% do desenvolvimento do cérebro se definem por volta dos 3 anos. Ao serem treinados, nos anos iniciais, os neurônios e as sinapses explodem em resposta aos estímulos sensoriais. No entanto, menos de 4% dos investimentos destinam-se a esse período sensível, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo.

Por fim, temos a ciência e o conhecimento, resta-nos colocá-los em ação e, para tanto, conquistarmos a vontade política. Chegou o momento de praticarmos aquilo que pregamos.

MARY EMING YOUNG

Pediatra e Mestre em Saúde Pública pela University of Wisconsin. Doutora pela Johns Hopkins University. Membro da Academia Americana de Pediatria e da Academia Americana de Medicina Preventiva. Antes de ingressar no Banco Mundial, até 1989, atuou como pediatra. Sua experiência envolve projetos em várias regiões, incluindo Ásia (China, Filipinas e Indonésia), África (Gana, Quênia e Uganda), Europa e Ásia Central (Polônia, Hungria, Geórgia e Macedônia), Oriente Médio (Jordânia, Irã e Egito) e América do Sul e Caribe (Brasil, Colômbia, Bolívia e Jamaica). Atualmente, é a Especialista Líder em Desenvolvimento Infantil da Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial. Possui diversos trabalhos publicados, como *Investing in Young Children*, *Early Child Development: Investing in the Future* e *From Early Child Development to Human Development*. Fala Chinês, Inglês, Francês e Português.